

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de Londrina

Class.: Kaingang PR / Apucarana

Data: 19/05/94

Pg.: 228

Caso de justiça

Viúva kaingang espera por indenização

Família de índio kaingang que morreu em destilaria do Mato Grosso do Sul passa por dificuldades e aguarda indenização

Luiz Taques

Getúlio Resauh Manoel Marcolino, kaingang de Tamarana, distrito de Londrina, morreu atropelado no dia 2 de outubro do ano passado em Brasilândia, no Mato Grosso do Sul, onde trabalhava para a destilaria de álcool Debrasa, e até agora a viúva, Maria Eufraúzea Gré Ju Gré, ainda não foi indenizada pela empresa. Getúlio morreu esmagado por um trator, enquanto dormia, depois de uma jornada de mais de 12 horas de trabalho. Getúlio era pai de Diu-ne, Flávia, Claudente e Benedito, todos menores de idade.

"Não quero mais saber de casar" - afirma Maria Eufraúzea. "Minha vida tem sido chorar e sonhar com o meu marido". Na Debrasa, Getúlio atuava como "cabeçante", uma espécie de "gato", que é o responsável pelo controle da produção dos índios. Na Debrasa, os índios do Norte do Paraná são submetidos a jornadas diárias de até 12 horas, não têm registro em carteira, dormem em alojamentos que mais parecem pocilgas e trabalham praticamente em troca de comida.

Um mês antes de Getúlio morrer atropelado, a Debrasa, que pertence ao primo de Tereza Collor, José Pessoa Queiroz Bisneto, foi multada pela Delegacia do Ministério do Trabalho do Mato Grosso do Sul por manter os índios em regime de semi-escravidão. Além da multa, foi determinado o imediato retorno às aldeias dos índios menores de 14 anos, que trabalhavam das seis da tarde às seis da manhã catando bitucas de cana.

A contratação de crianças, especialmente para trabalhos noturnos e insalubres, é proibida pela Consolidação das Leis do



Roberto Brasiliano

Longa espera
A viúva Maria Eufraúzea Gré Ju Gré e os filhos menores: até agora sem o dinheiro da indenização pela morte do chefe da família

Trabalho. Há duas semanas, 40 índios de Tamarana e outros 40 de São Jerônimo da Serra foram novamente arrebanhados pela Debrasa para trabalhar no corte da cana em Brasilândia, que fica a 400 quilômetros de Londrina. Durante a fiscalização, acompanhada por técnicos vindos de Brasília, a Delegacia do Trabalho constatou que quando é contratado pela Debrasa, o índio assina em branco a sua filiação numa tal associação recreativa da empresa. A destilaria desconta de todos eles, para essa tal associação, até o banho que os índios tomam no rio e as peladas que disputam num campinho de futebol.

Na época da fiscalização, o delegado do Trabalho do Mato Grosso do Sul, Orlando Costa Marques, chegou a classificar de degradante as condições de higiene e segurança a que os índios são submetidos na Debrasa, "com alojamentos que mais se assemelham a chiqueiros". O delegado constatou também que, após todos os descontos no salário, os índios só ganham o suficiente para comprar comida para poucos dias, "e enfrentam ainda as más condições de alimentação e atendimento médico". Segundo o administrador da regional da Funai em Londrina, Almir Antonio da Silva, "os índios têm medo de com a Carteira

de Trabalho assinada, eles perderem a tutela do Estado".

Sem indenização - Sem condições de criar sozinha os quatro filhos, Maria Eufraúzea e as crianças são sustentadas pelos pais, Adriano e Maria Dolores Marcolino. Logo após a morte do kaingang, diretores da Debrasa estiveram em Londrina negociando com a administração regional da Funai a indenização à família de Getúlio.

Na época, a família receberia aproximadamente CRS 5,8 milhões como indenização. So que até agora Maria Eufraúzea não viu a cor do dinheiro. Depois que deixaram Londrina, os diretores da empresa não fizeram

mais contato e nem retornam as constantes ligações telefônicas da Funai. Cálculos feitos ontem pelo advogado da Funai, Antonio Pedro Marquezi, indicam que o valor atual da indenização já ultrapassa a CRS 30 milhões.

O advogado só espera a conclusão do inquérito, feito pela Delegacia de Polícia de Brasilândia, para entrar na Justiça de Londrina com o pedido de indenização.

"Além dessa indenização, nós também vamos pedir uma indenização por danos morais para repor os prejuízos que a família do índio está sofrendo", afirma o advogado da Funai, Antonio Pedro Marquezi. "Nós não sabemos o montante que vamos pedir, porque este tipo de indenização é estipulado pelo juiz".

Getúlio morreu aos 26 anos de idade. A viúva está com 27 e o filho mais velho com 9 anos. Adriano Marcolino, 66 anos, que no mês passado recebeu CRS 130 mil de aposentadoria

tem arcado com as despesas de alimentação e roupas da filha viúva e dos netos. O orçamento da família dos Marcolino é complementado com o pouco de arroz e feijão que cultivam na reserva e com o artesanato que comercializam em Londrina.

No dia 2 de maio do ano passado, a Folha denunciou que os índios kaingangues estavam trocando a miséria institucionalizada nas reservas do Norte do Paraná pela miséria promovida na usina pertencente ao primo de Tereza Collor. Durante a safra para o corte da cana, a empresa chega a empregar mais de 1.500 índios - muitos do próprio Estado do Mato Grosso do Sul.

O Ministério Público do Trabalho da 9ª Região, com sede em Curitiba, está procedendo diligências com o objetivo de instaurar ação civil pública para apurar as denúncias de trabalho semi-escravo de índios kaingangues pela destilaria Debrasa.



A mãe da viúva, Maria Dolores, na sepultura de Getúlio na reserva kaingang de Tamarana